



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

• REQUERIMENTO N° DE 2015

(Do Sr. Rodrigo de Castro)

Solicita a realização de Audiência Pública para debater sobre as dificuldades dos Órgãos Ambientais na emissão das respectivas Licenças e seus impactos nos empreendimentos do setor elétrico e mineral do País.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias ao convite das autoridades abaixo nominadas, para participarem de reunião de audiência pública sobre a atual situação dos empreendimentos dos setores elétrico e mineral do País, que enfrentam enormes dificuldades na obtenção das licenças ambientais necessárias ao início de suas operações, bem como propor soluções para a remoção desses entraves no curto e médio prazos.

- **Izabella Mônica Vieira Teixeira**, Ministra de Estado do Meio Ambiente;
- **José Carlos Carvalho**, Ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente;
- **Danilo Vieira Júnior**, Presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP;
- **Shelley de Souza Carneiro**, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria; e
- **José Fernando Coura**, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

JUSTIFICAÇÃO

É histórica a dificuldade que os empreendedores enfrentam para obterem junto aos licenciadores ambientais nas três esferas de poder, Federal, Estadual e Municipal, ainda que esse último seja alvo de intenso debate sobre a sua pertinência jurídica.

Fato é que os entraves para a obtenção de licenciamento ambiental significam dúvidas e temores nos recursos financeiros disponíveis para investimentos do setor privado, notadamente nos setores mineral e elétrico, que trazem de per si consideráveis impactos ao meio ambiente mas ao mesmo tempo são alavancadores de desenvolvimento, geração de empregos e tributos.

Entre os problemas mais comuns estão a demora na análise dos processos pela relação desfavorável projeto/número de técnicos dos órgãos ambientais, o custo elevado para cumprir as obrigações exigidas e a dificuldade muitas vezes existentes de identificar os critérios técnicos exigidos pelos órgãos ambientais.

Nessa linha, é importante ressaltar, também, a necessidade de uma maior preocupação dos empreendedores, principalmente os de pequeno e médio porte com a elaboração de seus projetos, dos impactos ambientais que os mesmos promoverão, de forma a evitar as inúmeras exigências que postergam a emissão da licença solicitada.

Com efeito, a morosidade, é o item que mais preocupa os empresários e como o licenciamento ambiental possui três fases, a cada informação complementar solicitada, há a paralisação ou suspensão do processo e o atraso no cronograma dos projetos provoca um efeito dominó de perdas, porque o empreendedor tem dificuldade em cumprir os contratos com fornecedores e com os órgãos reguladores que emitirão a outorga/concessão, em tese, a Aneel e o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Casos emblemáticos como os atrasos na construção da Usina de Belo Monte na geração – embargada diversas vezes por dificuldades ambientais – e agora no “linhão” de Belo Monte, de 1854 km de extensão, que deveria estar pronto em 2016, mas que até o momento sequer teve suas obras iniciadas pela não concessão da licença ambiental para o início das mesmas, provocam danos



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

na cadeia produtiva pois tanto a energia elétrica como os insumos provenientes das minerações estão interligados a vários outros segmentos estruturantes.

Assim como Belo Monte, dezenas de empreendimentos do setor elétrico em escala regional, bem como no setor mineral sofrem com os atrasos na emissão das licenças ambientais – Prévia, de Instalação e Operação, que resultarão em autuações pelo não cumprimento de prazos impostos aos vencedores dos leilões do setor elétrico e aos detentores de Portarias de Lavra no setor mineral.

Desta forma, em função da relevância do tema abordado, é fundamental que os membros da Comissão de Minas e Energia possam debater com os convidados propostos, possíveis soluções para o tema que tanto prejuízo traz ao País, seja no aspecto do atraso na execução dos projetos dos empreendimentos, seja nas dificuldades enfrentadas pelos próprios órgãos gestores do meio ambiente, nas diferentes esferas de Poder.

Sala das Comissões, em 10 de março de 2015.

Deputado Rodrigo de Castro
(PSDB-MG)